

RESOLUÇÃO SOBRE AS NEGOCIAÇÕES DO REAJUSTE SALARIAL COM O GOVERNO FEDERAL

O Conselho Deliberativo (CD) do PROIFES-Federação, instância decisória máxima da entidade, reuniu-se nesse sábado (11/03) para avaliar os resultados da terceira rodada de negociação do governo federal com os servidores públicos federais (SPF) e deliberar sobre as indicações a serem feitas aos sindicatos federados.

A princípio cabe ressaltar que é alvissareiro que o governo federal, depois de sete anos sem negociação efetiva com o conjunto dos SPF, instalou a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) em 16 de fevereiro último. Na oportunidade o governo apresentou uma proposta, baseada em sua disponibilidade orçamentária de 11,2 bilhões de Reais, que contemplava um "reajuste linear emergencial" de 7,8% nos nossos vencimentos e de 43,6% no valor do Auxílio-Alimentação a serem aplicados no mês de março.

Na segunda rodada de negociações, em 28 de fevereiro, o PROIFES FEDERAÇÃO e demais entidades dos SPF reafirmaram, entre outros itens, a necessidade de o governo melhorar sua proposta inicial de reajuste nos vencimentos e de que o auxílio-alimentação fosse pago com verbas de custeio.

Nessa última rodada, que aconteceu nesta sexta-feira, 10 de março do corrente ano, o governo respondeu às nossas demandas, reafirmando a sua disponibilidade orçamentária de 11,2 bilhões Reais, a serem aplicados agora em um reajuste de 9,0% nos vencimentos, a ser feito em maio (com rebatimento na folha de pagamento de junho) e manteve a proposta original de reajustar em 43,6% o Auxílio-Alimentação.

O CD, após ouvir nossos representantes na última MNNP, faz as seguintes ponderações e encaminhamentos:

1 – Considera que, na prática, essa nova proposta do governo mantém as bases da proposta feita em 16 de fevereiro e que agora a elevação do índice percentual para 9% (a serem pagos a partir de maio) é apenas efeito da postergação do início da aplicação de reajuste na folha de pagamento. Além disso, não atendeu à demanda sobre a rubrica do Auxílio-Alimentação e também não se comprometeu em incluir os demais auxílios (auxílio saúde e auxílio creche);

2 – Diante disso, O CD considerou insuficiente a proposta agora apresentada pelo governo;

3 – Reconhece que o contexto dessas negociações ocorre, de um lado, em uma evidente restrição orçamentária do governo federal e, de outro, da inegável queda na renda dos SPF, onde nós docentes das IFES acumulamos perdas de 42,52% em nossos salários devido a inexistência de reajustes desde 2017;


4 – Reconhece que neste processo negocial é preciso reafirmar, permanentemente, que nossa Pauta Emergencial é justa e bem fundamentada. Porém, ao mesmo tempo, é necessário considerar que estender o processo de negociação tornará a situação dos docentes ainda mais precária;

5 – Diante desse quadro político, orçamentário e negocial, o CD orienta os Sindicatos federados a realizarem consultas às suas bases, de acordo com as especificidades de cada entidade, sobre essa nova proposta do governo, até o dia 15/03;

6 – Solicita que os Sindicatos federados enviem RELATÓRIO POR ESCRITO, quantitativo e qualitativo, sobre as consultas, para que dê suporte à Federação nos encaminhamentos finais.

Atenciosamente,

Brasília, 11 de março de 2023.



Prof. **Nilton Ferreira Brandão**
Presidente do PROIFES-Federação